

Edimar Carmo da Silva

Mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Especialista em Sistema de Justiça Criminal (UFSC).
Graduado em Direito (Uniceub). Professor de Direito Processual Penal (Estácio/Facitec/DF).
Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
Coordenador regional no Distrito Federal do Instituto Brasileiro de
Direito Processual Penal (IBRASPP).
e-mail: <ecdse@hotmail.com>

Marcelo Fernandez Urani

Mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal
(UNESA). Graduado em Direito (UCSal). Professor de Direito Processual Penal em cursos de
graduação e pós-graduação. Advogado Criminal. Ex-Conselheiro Penitenciário na Bahia.
Integrante da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-BA. Coordenador regional na
Bahia do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (IBRASPP).
e-mail: <marcelofernandezadv@hotmail.com>

Manual de Direito Processual Penal Acusatório

Doutrina e Jurisprudência

Prefácio
Nereu José Giacomolli

Curitiba
Juruá Editora
2013

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4328-3

JURUÁ Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
EDITORA Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal
Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

S586 Silva, Edimar Carmo da.
Manual de direito processual penal acusatório:
doutrina e jurisprudência./ Edimar Carmo da Silva,
Marcelo Fernandez Urani./ Curitiba: Juruá, 2013.
260p.

1. Direito processual penal. 2. Acusação (Direito).
I. Urani, Marcelo Fernandez. II. Título.

CDD 345.05(22.ed.)
CDU 344

000156

SUMÁRIO

1	POR UM PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO.....	21
2	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA PERSECUÇÃO PENAL.....	25
2.1	Princípios da Jurisdição	26
2.1.1	Princípio da Constitucionalidade e da Convencionalidade	26
2.1.2	Princípio da Imparcialidade Judicial	28
2.1.3	Princípio do Estado de Inocência	29
2.1.4	Princípio do Juiz Natural ou Pré-constituído	32
2.1.5	Princípio da Indeclinabilidade	34
2.1.6	Princípio da Inércia da Jurisdição	35
2.1.7	Tutela Penal Efetiva	35
2.2	Princípios do Processo.....	36
2.2.1	Princípio do Contraditório	36
2.2.2	Princípio da Verdade.....	39
2.2.3	Princípio da Motivação	41
2.2.4	Princípio da Identidade Física do Juiz.....	44
2.2.5	Princípio da Imediatidade da Lei Processual	46
2.2.6	Princípio da Territorialidade da Lei Processual	49
3	DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	51
3.1	Da Apuração Pré-Processual.....	51
3.2	Do Inquérito Policial	56
3.2.1	Da Instauração (ou Abertura) do Inquérito Policial	61
3.2.2	Das Diligências em Espécie.....	64
3.2.2.1	A preservação do local do fato	65
3.2.2.2	Da apreensão de objetos.....	66
3.2.2.3	Da colheita de “provas”	66
3.2.2.4	Da oitiva do ofendido	67
3.2.2.5	Da oitiva do indiciado/investigado	67
3.2.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas e as aca- reações	69
3.2.2.7	Exames de corpo de delito ou exames periciais.....	70

3.2.2.8	A identificação do indiciado/investigado	70
3.2.2.9	Outras providências de apuração	72
3.2.3	Do Prazo para a Conclusão do Inquérito/Apuração.....	72
3.2.4	Da Conclusão e Remessa dos Autos da Apuração ao Ministério Público	74
3.2.5	Do Arquivamento dos Autos do Inquérito Policial	76
3.2.5.1	Desdobramentos do arquivamento.....	80
3.2.5.2	O arquivamento indireto	81
4	DA AÇÃO PROCESSUAL PENAL	85
4.1	Teorias da Ação.....	86
4.2	O Conceito Contemporâneo de Ação (Penal).....	87
4.3	As Condições da Ação Penal	88
4.3.1	O Interesse de Agir.....	89
4.3.2	A Legitimidade	90
4.3.3	A Possibilidade Jurídica do Pedido	91
4.3.4	A Justa Causa.....	92
4.4	Da Ação Penal Pública Incondicionada	93
4.4.1	O Critério da Oficialidade	93
4.4.2	O Critério da Obrigatoriedade (Não Recepção Constitucional).....	94
4.4.3	O Critério da “Denúncia” (Não Recepção).....	97
4.4.4	O Critério da Não “Desistência” da Ação Penal Pública	98
4.4.5	Da Indivisibilidade da Ação Penal Pública.....	99
4.5	A Ação Penal Pública Condicionada	101
4.6	A Ação Penal de Iniciativa Privada	103
4.7	Ação Penal e Situações Peculiares.....	104
5	DOS SUJEITOS DO PROCESSO	107
5.1	O Juiz (ou Tribunal)	108
5.2	O Ministério Público	114
5.2.1	Os Princípios Institucionais do Ministério Público	116
5.2.2	A Titularidade Privativa para Promover a Ação Penal Pública.....	119
5.2.3	O Controle Externo da Atividade Policial	123
5.3	Do Acusado e seu Defensor/Advogado	125
5.3.1	Do Acusado	125
5.3.2	Da Defensoria Pública.....	128

5.3.3	Do Advogado.....	129
5.4	Do Assistente	130
6	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	135
6.1	Autotutela	135
6.2	Autocomposição.....	138
6.3	O Processo como Instituição de Resolução de Conflitos	140
6.4	Órgãos Jurisdicionais e Critérios Gerais de Competência.....	144
6.4.1	O Critério Material.....	146
6.4.2	Justiça Especializada ou Justiça Comum.....	147
6.4.2.1	Justiça especializada	148
6.4.2.1.1	Justiça eleitoral.....	148
6.4.2.1.2	Justiça militar da União	150
6.4.2.1.3	Justiça militar estadual.....	153
6.4.2.2	Justiça comum.....	155
6.4.2.2.1	Justiça federal comum	155
6.4.3	Competência Territorial.....	168
6.4.4	A Competência pela Natureza da Infração	171
6.4.4.1	Causas modificadoras de competência.....	172
6.4.5	Conexão.....	172
6.4.6	Continência.....	175
6.4.7	Desclassificação.....	176
6.4.8	Unidade do Processo	178
6.4.9	Separação do Processo	179
6.4.10	Juízo prevaLENTE.....	180
6.4.11	Foro Privativo.....	181
6.4.12	Competência Internacional	187
6.4.13	Conflito de Competência.....	188
6.4.14	Das Questões e Processos Incidentes	189
6.4.15	Das Exceções	192
6.4.16	Da Restituição de Coisa Apreendida.....	193
6.4.17	Do Incidente de Sanidade Mental do Acusado	194
7	DOS ATOS PROCESSUAIS.....	197
7.1	Dos Atos em Geral	197
7.2	Dos Prazos	198
7.3	Da Citação e da Intimação	199
7.3.1	Da Citação	199
7.3.2	Da Intimação	201

7.4	Da Revelia e da Prisão Cautelar em Face da Citação por Edital	201
8	TEORIA GERAL DA PROVA PENAL	203
8.1	Função da Prova — Captura Psíquica do Julgador	203
8.2	Natureza Jurídica da Prova.....	209
8.3	Classificação das Provas (Conforme a Distância do Fato a Provar) ...	210
8.4	Taxatividade das Provas (?)	212
8.5	Limitação das Provas	213
8.6	Sistemas de Avaliação — Íntima Convicção, Tarifada e Racional.....	214
8.7	Prova, Indício e Informação da Investigação (Objeto de Prova)	215
8.8	O Ônus da Prova – Uma Questão (Ainda) a ser Superada.	216
8.9	Meios de Prova.....	218
8.10	Princípios Constitucionais Probatórios	219
8.10.1	Inércia da Jurisdição.....	219
8.10.2	Estado de Inocência.....	220
8.10.3	Contraditório (e a Prova Emprestada)	221
8.10.4	Identidade Física do Juíz (e a Teoria da Função Persuasiva da Prova)	223
8.10.5	Comunhão da Prova	227
8.10.6	Especialidade da Prova (e o Desvio do Curso Causal)	227
8.10.7	Ilicitude das Provas (e Sua Razão de Ser).....	232
	8.10.7.1 Provas ilícitas	233
	8.10.7.2 Provas ilegítimas	235
	8.10.7.3 Provas ilícitas por derivação.....	236
	8.10.7.4 Admissibilidade das provas ilícitas <i>pro reo</i>	239
	8.10.7.5 Admissibilidade das provas ilícitas <i>pro societate</i> ...	240
	REFERÊNCIAS	243
	ÍNDICE ALFABÉTICO	253